

ENTREVISTA

Filipe Luís de Vasconcelos Romão²

² Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa e professor convidado da Universidade ORT do Uruguai. Investigador integrado do Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa, onde coordena um projecto sobre petróleo e poder político. Coordenador de vários cursos de extensão em universidades brasileiras. Doutorado em Relações Internacionais pela Universidade de Coimbra, com a tese Nacionalismos centrípetos e centrífugos e conflitualidades: o caso espanhol (2013). Diploma de Estudos Avançados em Política Internacional e Resolução de Conflitos (2007) e licenciado em Relações Internacionais pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (2005). Responsável pela componente prática das cadeiras de Ciência Política e de Direitos Humanos da licenciatura em Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (2010/2011). Investigador na Universidade de Deusto (2008/2009), ao abrigo do European Doctorate Enhancement in Peace and Conflict Studies (EDEN).

IA: Como avalla a declaração do ETA QUE ANUNCIOU O SEU FIM APÓS MEIO SÉCULO DE TERRORISMO NA ESPANHA. ESSE Grupo Independentista basco deixou mais de 853 mortos, 79 sequestrados e 6.389 feridos ao longo de sua história.

FV: O fim da ETA não foi propriamente uma novidade. Esta organização terrorista era um produto da luta contra a ditadura franquista e só o contexto da Guerra Fria permitiu que se mantivesse activa já depois da institucionalização do sistema democrático em Espanha (após a morte do ditador Francisco Franco em 1975). A integração da Espanha democrática na então Comunidade Económica Europeia (1986) e a evolução desta, com o Tratado de Maastricht (1992), para a União Europeia foram fundamentais para o início de uma efectiva cooperação policial e judicial com França. A cooperação entre os dois países (a ETA utilizava o território francês como “santuário” onde se refugiava e a partir do qual projectava as suas acções) e o fim do Bloco de Leste abriram portas para um lento processo de decadência, aproveitado pelo Estado espanhol para derrotar uma organização anacrónica.

IA: Acerca das eleições no Brasil, como projeta o cenário político?

FV: O Brasil vive uma tempestade perfeita. Por um lado, a Operação Lava-Jato pôs a nu um conjunto de procedimentos criminosos, transversais a todos os partidos, que têm dominado a política do país desde há décadas. Por outro lado,

a destituição da Presidente Dilma Rousseff, curiosamente uma das poucas personalidades políticas brasileiras de relevo que não protagoniza a Lava-Jato, deixou em evidência todo o sistema política e as fragilidades do poder legislativo - partidos sem base ideológica, alinhamentos políticos em função de interesses pessoais e corporativos, subversão da utilização de mecanismos projectados para a responsabilidade penal e respectiva utilização com fins de censura política. Ora, em 2016 - dois anos são uma eternidade política mas não apagam os factos - o discurso dos que orquestraram a destituição de Rousseff afirmava taxativamente que as eleições de 2018 seriam um marco para superar todas as crises. Chegados a 2018, o que temos? O candidato que surge destacado em primeiro lugar nas sondagens está preso, no âmbito de um processo que está longe de ser claro em função da desigualdade de tratamento entre Lula da Silva e outros arguidos da Lava-Jato; o candidato que ocupa a segunda posição é um neo-fascista, com posições políticas (racismo, defesa da tortura e da ditadura militar) muito mais radicais do que as de Donald Trump; e o candidato preferido dos partidários da destituição de Rousseff e dos “mercados”, Geraldo Alckmin, não vai além dos 6% nas sondagens. Sendo assim, e ao contrário do que muitos pensariam, a eleição presidencial está muito mais dependente do Partido dos Trabalhadores do que se previa há alguns meses. Lula e os principais líderes do seu partido sabem que não há qualquer hipótese de inverter a tendência do poder judicial e de conseguir levar a bom porto a sua candidatura, o que abre as portas a duas possibilidades: transferência de votos para Fernando Haddad - Lula é um líder muito forte e valores entre 37% e 39%, mesmo estando preso, indicam que há uma base eleitoral muito sólida - e passagem deste à segunda-volta; ou colapso da base eleitoral do PT, aumento do voto nulo e branco (se for muito elevado pode retirar legitimidade ao futuro presidente) e uma segunda-volta entre Jair Bolsonaro e Marina Silva, Ciro Gomes ou Geraldo Alckmin. Nesse caso, teríamos um “todos contra Bolsonaro”, semelhante à segunda-volta das presidenciais francesas de 2002 e de 2017 - “todos contra Le Pen” - com boas hipóteses para

qualquer dos três. Porém, tudo isto está a desgastar o já muito desgastado sistema político brasileiro que continua com os mesmos actores a protagonizar o debate e que, mais uma vez, demonstrará a sua incapacidade de reinvenção e de reforma.

IA: A Unasul chegou ao fim? Quais as perspectivas sobre a UNASUL?

FV: A UNASUL acabou. Era um produto do contexto latino-americano da primeira década do século XXI, em que uma série de governos de esquerda coincidiram no poder. Infelizmente, os factos demonstram que a integração regional na América Latina é uma realidade permanentemente adiada e muito dependente do alinhamento ideológicos dos governos dos vários países. A integração europeia ocidental é o exemplo oposto: depois da Segunda Guerra Mundial, as duas principais famílias políticas - socialista/social-democrata e democrata-cristã/conservadora - assumiram o processo como uma política de Estado (muito estimulada pelo contexto de Guerra Fria, pelo financiamento dos Estados Unidos da América e pela ameaça soviética). Assim, mesmo perante alterações do alinhamento político de cada governo nacional, a Comunidade Económica Europeia pôde evoluir para União Europeia, através de um processo que permaneceu estável durante mais de 60 anos. Obviamente, a ascensão recente de novos partidos populistas e extremistas pôs em causa esta estabilidade.